



PASSAGEM PARA A ÍNDIA: UMA INCURSÃO PELO DISCURSO PÓS-COLONIAL

PASSAGE TO INDIA: A FORAY TO POST COLONIAL DISCOURSE

Jarbas Santos VIEIRA¹

Resumo

A partir do filme *Passagem para a Índia* discuto os efeitos dos discursos que constituíram o processo de colonização e fabricaram o colonizado como o 'Outro' a ser civilizado pelo ente chamado Europa. Nesse sentido, o filme se presta a uma análise da constituição das identidades subordinadas pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, reconstrói a genealogia do discurso colonizador. Destaco também os efeitos da colonização tanto para o colonizado como para o próprio colonizador. Utilizo como ferramenta teórica o conceito de 'Zona de Contato', de Mary Pratt, explorando a idéia de colonização como co-presença de culturas, de suas interações e de seus choques. Nas Zonas de Contato tanto colonizado quanto colonizador se misturam assimetricamente; não se confundem, mas confundem-se, assustam-se, ficam mutuamente perplexos. Procuro mostrar que foram (são) os europeus que ficaram (ficam) muito mais assustados nas Zonas de Contato do que nós — o "resto do mundo" — ficamos sob sua dominação. Por fim, defendo a necessidade de construir um outro discurso, que se mova com uma outra sensibilidade e que leve em conta as diferenças e suas formas de produção. Isso talvez ajude a produção de políticas contra as antigas e atuais formas de dominação e de exclusão social.

Palavras-chave: estudos culturais, pós-colonialismo, diferenças, zonas de contato, cinema

Abstract

From the movie *A passage to India* I discuss the effects of the discourses that had produced the colonial process and made up the one colonized as the 'Other' to be civilized by Europe. In this direction the movie permits to analyze the identities construction under colonialism and, at the same time, rebuilds the genealogy of colonization discourse. I also point out the colonization effects on both colonized and colonizer. I make use of Mary Pratt's concept of Contact Zone, exploring the idea of colonization as mutual presence of cultures, its interactions and clashes. In Contact Zones both colonized and colonizer get asymmetrically mixed up, frighten themselves and get mutually confused. I intend to show that were (and are) the Europeans who get a lot more scared in Contact Zones than we – the rest of the world – do being under their domination. Finally, I defend the need of constructing another discourse moved by other kind of feeling, which takes in the differences and its ways of production. This maybe helps in the production of politics against the old and now-a-days kinds of domination and social exclusion.

Keywords: cultural studies, post-colonialism, differences, contact zones, movies.

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Pós-Doutorado na Universidad de Barcelona, Espanha (2003). Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

O Oriente não é um fato inerte da natureza. Não está meramente lá, assim como o próprio Ocidente não está apenas lá. (...) os lugares, regiões e setores geográficos tais como o “Oriente” e o “Ocidente” são feitos pelo homem. (Edward Said, 1990)

Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o. (Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago, 1928)

O filme como discurso das zonas de contato

‘Passagem para a Índia’ (*A passage to India*) é um filme baseado na novela ‘Santha Rama Rau’, escrita por E. M. Forster, tendo como produtor, roteirista e diretor David Lean. É estrelado por Judy Davis (no papel de Adela Quested) e Victor Banerjee (no papel do médico indiano Azis). Concorrente ao Oscar de 1984 (premição ocorrida em 25 de março de 1985), o filme ganhou os prêmios de Melhor Atriz Coadjuvante, para Peggy Ashcroft (Mrs. Moore), e Melhor Trilha Musical, para Maurice Jarre. O elenco principal conta ainda com James Fox (Fielding), Sir Alec Guinness II (Godbole) e Nigel Havers (Ronny).

‘Passagem para a Índia’ é um filme bastante crítico em relação ao imperialismo britânico, tal como acusava David Lean. Uma crítica expressada, por exemplo, pela tentativa de uma relação simétrica entre o médico indiano Azis e a inglesa Mr. Moore, em cujo olhar encontra-se toda a exasperação do colonizador diante do colonizado.

O filme, embora fazendo parte de um ciclo romântico-saudosista do imperialismo europeu², se presta a uma análise da constituição das identidades subordinadas pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, reconstrói a genealogia do discurso colonizador, de seus efeitos tanto para o colonizado como para o próprio colonizador pois, o discurso não pode ser reduzido a um processo de comunicação pura e simples. “Ele é mais do que isso, pois envolve relações de poder que constituem e produzem identidades e subjetividades. (...) o discurso é intrinsecamente relacionado às questões de poder — poder-saber — e, por isso, é constituidor das noções de mundo, de ciência, de conhecimento e da própria subjetividade e identidades dos sujeitos sociais”.

O discurso é então uma forma de nomear a realidade, instituí-la da maneira que os enunciadores — em relações complexas — a enxergam. Não há neutralidade no enunciado, como não há no olhar. O discurso não pode ser reduzido a um conjunto de crenças coerentes que são enunciadas e defendidas por um falante (um enunciante). O discurso é uma relação material, polifônica, conflitante, incoerente, na qual muitas pessoas falam ao mesmo tempo e o tempo todo. O discurso é assim uma prática, uma atitude, um instituto que institui uma conduta, que

² Fazem parte desse ciclo, ocorrido na década de 80 do século XX, “A Lenda de Tarzã”, “Entre Dois Amores”, “Jornada pela África”.

nomeia a realidade como realidade, a verdade como verdade. Através do discurso somos nomeados e nomeamos a realidade como realidade. Assim a Índia – e também a América (Afro)Latina – foi nomeada como subordinada e necessária da civilização europeia (VIEIRA, 1999).

‘Passagem para a Índia’ é cheio de referências a essa concepção de discurso. O discurso britânico, nomeando o hindu como o ‘Outro’ europeu, é uma espécie de imagem invertida no espelho do colonizador. Os hindus devolvem ao europeu sua imagem civilizadora, sua pretensa superioridade cultural. Isso acaba servindo, para o ente chamado Europa, como uma forma de autoconvencimento da necessidade de sua presença nas *zonas de contato*, isto é, no lugar onde habita o ‘Outro’ não-europeu que, afinal, “*pouco sabe de si mesmo e precisa do colonizador para saber quem é*” (Passagem para a Índia). Entretanto, a imagem que o ‘Outro’ devolve ao colonizador não é tranqüila, livre de contestações. Azis e seus amigos percebem a invasão britânica no seu país e, de alguma forma, expressam isso mantendo seus costumes e tradições, mesmo que de forma subordinada — fenômeno típico das *zonas de contato*.

Como escreve Mary Pratt³:

Zonas de contato tenta invocar a co-presença espaço-temporal de sujeitos previamente separados por disjunções geográficas e históricas, e cujas trajetórias agora se cortam. Ao usar o termo “contato” pretendo destacar as dimensões interativas, improvisadoras, dos choques coloniais, tão facilmente ignoradas e suprimidas por relatos difusionistas de conquista e dominação. Uma perspectiva de “contato” dá ênfase a como os sujeitos são construídos nas e por relações mútuas. Essa perspectiva trata as relações entre colonizadores e colonizados (ou viajantes e “viajados”) não em termos de separação ou apartheid, mas como co-presença, interação, entrelaçando compressões e práticas, seguidamente no interior de radicalmente assimétricas relações de poder (PRATT, 1992, p. 5).

Com essa compreensão vou falar um pouco do filme como uma amostra das *zonas de contato*, onde nem o colonizado e nem o colonizador saem os mesmos — saem imunes as contingências da própria colonização. Ambos se misturam assimetricamente; não se confundem, mas confundem-se, assustam-se, ficam mutuamente perplexos. Julgo, daqui deste lado do mundo, que os europeus ficaram (ficam) mais assustados por nossa antropofágica irreverência, por nosso erotismo desvairado, por nossa fruição e desejo do que nós — o “resto do mundo” — ficamos sob sua dominação. Somos — aqui deste lado do mundo — talvez entes de desejo, não de ganância e, talvez por isso, nos tornaram objetos do desejo colonialista. Ontem o imperialismo, hoje o Império (HARDT e NEGRI, 2004) — a versão globalitária do mercado mundial. Ambas querem prender (ou talvez aprender?) nossa perigosa sensualidade, nosso arriscado erotismo. Somos, de qualquer forma, uma espécie de monstro que, como afirma o administrador inglês no filme, mata traiçoeiramente e, por isso, não vale a pena conhecer-nos socialmente.

³ Todas as citações do livro de Mary Pratt aqui neste ensaio foram feitas a partir da excelente tradução feita por Helena Beatriz de Souza, no ano de 1997, muito antes da edição brasileira. No Brasil o livro de Pratt foi publicado pela editora EDUSC, em 1999, com o título de ‘Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação’.

Os perigos e os prazeres das *zonas de contato*

Escolhi três cenas para começar a discutir os perigos e os prazeres das *zonas de contato*: (i) àquela em que a esposa do administrador inglês, ao chegar ao porto de Bombaim, tapa o nariz pelo cheiro que sente nos (corpos) indianos; (ii) a cena que Mrs. Moore, ao encontrar Azis dentro da mesquita, olha o Ganges (ou a Índia), e exclama: “que rio terrível! que rio magnífico!”; e (iii) àquela em que Adela, no seu passeio de bicicleta, encontra estátuas eróticas num templo em ruínas e, em seguida, é atacada por macacos. Três cenas que revelam muito do discurso colonialista nas *zonas de contato*, de suas assimetrias e das inevitáveis porosidades entre colonizador e colonizado. São cenas que mostram o quanto, nas *zonas de contato*, a lógica dos colonizadores é violada. De toda sorte, o inglês, seja ele um juiz, seja ele um administrador, seja ele uma mulher-esposa de autoridade, teme aquilo que não entende, teme os monstros — seus próprios monstros — que podem ser despertados (pela) na Índia. E buscam, através de dispositivos de força (do discurso), produzir o mundo indiano segundo sua vontade, sua identidade européia.

Naquilo que diz respeito aos colonizados — como mostram algumas cenas nas quais o administrador, sua esposa ou o juiz inglês, tentam explicar o que é a Índia e os indianos para Mrs. Moore e para Adela — a língua (o discurso), na maioria das vezes, trata da estigmatização das identidades indianas. Ser ou estar indiano — como é o caso do professor Fielding — é sempre uma forma de ser e estar à disposição da intervenção inglesa e de suas “benevolentes” instituições de correção, de justiça e/ou de cura.

O filme é assim um rico exemplo de como os discursos produzem o mundo e produzindo-o tratam de regulá-lo, de enquadrá-lo, muitas vezes em formas preconceituosas de existência. Este é o caso da definição de indiano dada no clube inglês: indolente, pouco objetivo, sem pontualidade, sem palavra. Essa última caracterização tem extensas e profundas conseqüências políticas, pois o *sem-palavra*, o ‘Outro’ colonizado, precisa de alguém que fale por ele.

Edward Said, em seu brilhante livro ‘Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente’ (1990), cita uma passagem do livro ‘Modern Egypt’, escrito por Lorde Cromer, governador inglês do Egito, que pode servir de ilustração daquilo que venho escrevendo:

Sir Alfred Lyall disse-me uma vez: “A mente oriental abomina a precisão. Todo anglo-indiano deveria lembrar sempre essa máxima”. Carência de precisão, que facilmente degenera em insinceridade, é na verdade a principal característica da mente oriental. O europeu é um raciocinador conciso; suas declarações de fato são desprovidas de qualquer ambigüidade; ele é um lógico natural, mesmo que não tenha estudado lógica; é por natureza céptico e requer provas antes de aceitar a verdade de qualquer proposição; sua inteligência treinada trabalha como a peça de um mecanismo. A mente do oriental, por outro lado, assim como suas pitorescas ruas, é eminentemente carente de simetria. Embora os antigos árabes tenham adquirido em um grau um tanto mais alto a ciência da dialética, seus descendentes são singularmente deficientes de faculdades lógicas. São muitas vezes incapazes de tirar as conclusões mais óbvias de qualquer simples premissa cuja verdade possam admitir. Tente-se arrancar uma declaração de fato direta de qualquer egípcio normal. Sua explicação será em geral longa e carente de lucidez. Ele

provavelmente entrará em contradição consigo mesmo uma dúzia de vezes antes de acabar sua história. Com frequência sucumbirá ao mais brando método de interrogatório (SAID, 1990, p. 48-49).

Interrogar o colonizado é aquilo que o colonizador deseja. Interrogar o colonizado, obrigá-lo a confessar, valer-se de sua “falta de lógica” para conhecer suas fraquezas ou seus tesouros; aquilo que ele [colonizado] pode oferecer ou subtrair da grandeza do império civilizador europeu.

Mas a ausência de lógica é também a ausência de qualquer outra virtude do colonizado. Sua diferença afeta os sentidos europeus, a começar pelos cheiros, pelos gostos e pelas cores que, já na chegada à Índia, Mrs. Moore e Adela experimentam. O ‘Outro’ mostra-se extremamente diferente (singularmente um Outro), sem pontos de contato com aquilo que o europeu julga ser normal. Essa impressão é efetivamente o que acabará aproximando Mrs. Moore de Azis e da própria Índia. A exasperação do colonizador diante do colonizado dá lugar ao desejo que a velha senhora inglesa já não pode experimentar em sua plenitude, mas que percebe existir também em Adela e a incentiva que experimente.

Mrs. Moore esconde seus desejos (ou suas faltas?) ou os purifica buscando uma aliança com Azis, solidarizando-se com o horror e a beleza do Ganges. A inocência e a solidariedade inglesa funcionam aqui, mesmo que se reconheçam contradições, também como uma forma de colonização; talvez como a forma própria que a mulher branca européia experimenta a posição de colonizadora nas *zonas de contato*.

Ganges, com seus cadáveres flutuantes e seus crocodilos aterrorizadores, expressa o perigo que correm os europeus. Mas também a possibilidade de que esses monstros despertem prazeres proibidos. Para os ingleses, os hindus (os desejos), assim como os monstros e os vampiros das teses de Cohen são aterrorizantes, e devem ser enterrados “*onde a estrada se bifurca, de modo que quando ele se erguer do túmulo não saberá que caminho tomar*” (COHEN, 2000, p. 26), não saberá voltar, não poderá perturbar a missão civilizatória européia, não poderá fazer ruídos. Ele ficará lá, assombrando somente aquele lugar, no seu lugar. Mas mesmo lá, sem poder sair daquele lugar, ele — o monstro, o hindu, o colonizado — continuara existindo. Lá naquele lugar, onde ele esta enterrado — na rua, nas cavernas de Marabar, fora do clube inglês, nas tortuosas ruas de Chandrapore ou no discurso europeu —, ele poderá sair e criar muitos outros lugares, “*naqueles pontos de indecisão*” (Idem), onde as certezas tornam-se ruínas ou ruídas. Não nos enganemos: “*o monstro sempre escapa e escapando vemos o estrago que causa, vemos as crises que ele provoca e percebemos a quantidade de lugares que ele ocupa, que ele habita* (Idem).

Nos sons constantes que cercam os diálogos ingleses — sempre permeados pelos ruídos das ruas, por falas e risos incompreensíveis aos ouvidos europeus —, pelos corpos cobertos por véus ou burkas, pelas festas populares que, a qualquer momento, podem explodir em revolta contra a dominação inglesa, o filme vai mostrando o quanto é difícil prender ou matar os monstros, os vampiros e os fantasmas, sempre interrogando o colonizador por que os (nos)

criou. E assim, a Índia — assim como todas as outras colônias européias —, mesmo que devolva a imagem européia ao inglês, também provoca a perda de certezas. O *indiano-sem-palavra*, o *Outro-monstro*, em seus ruídos, acaba sendo uma espécie de desejo que, como um vampiro, suga, excita, convoca à insensatez, à descoberta, ao inédito, ao risco, ao arriscarmos (COHEN, 2000). O monstro — o colonizado — exige que reavaliemos nossos pressupostos culturais “*e nossa percepção da diferença, nossa tolerância relativamente à sua expressão. Eles, os monstros, nos perguntam por que os criamos*” (Idem, p. 55).

Isso remete a terceira cena: o passeio de bicicleta de Adela até as ruínas de um templo, onde ocorre o encontro com seu erotismo através do erotismo indiano. Adela se descontrola ao ver o nú, o sexo, o coito em forma de arte e de oração (*ars erotica*). O profano e o sagrado misturam-se diante de Adela, que não entende ou não quer entender. Ela invadiu aquilo que não entende e, ao mesmo tempo, é invadida — penetrada — pela exótica sexualidade oriental. Adela deseja e teme; experimenta assim as contradições do colonialismo. Nas ruínas do templo descobre que talvez ela mesma — e suas escolhas (e cultura) — não seja nada daquilo que acredita — uma confirmação que somente virá mais tarde, ao experimentar olhar Chandrapore de binóculos, a partir das cavernas de Marabar.

Sua crise existencial coincide com o reconhecimento da impotência do poder colonial europeu — e de seu próprio poder — de dominar totalmente as regiões colonizadas (o desejo). Não por coincidência seus dois grandes momentos de verdade ocorrem quando ela está sozinha nas ruínas e nas cavernas de Marabar. São duas fascinantes cenas em que a paisagem em ruínas ou desabitada — deficiente em significado para o europeu — é postulada e então rejeitada. Medo. Desejo.

Apesar da postura inglesa, da moral vitoriana, a referência faz-se, repetidamente, à coisas que aquela que olha não pode ver ou compreender. Adela fica perplexa e emotiva, diferentemente do homem colonizador — seu noivo inglês, que fala à mãe que não pode demonstrar compaixão com os indianos, pois está ali para governar.

Adela, onde quer que vá, detecta coisas em todo lugar — coisas humanas —; coisas que acontecem e que ela não pode decifrar. Adela foge por não entender o que acontece naquele lugar, naquele país e com ela mesma. A cena das ruínas culmina com Adela perseguida por macacos, que talvez possam matá-la ou despertá-la. Sua fuga é, de toda forma, um recuo em busca de respostas. Respostas que somente encontrará mais tarde, muito mais tarde, na distância de Londres, mas aí então já será tarde de mais.

Nas ruínas — e também nas cavernas de Marabar —, sozinha, a mulher experimenta uma momentânea fusão orgásmica com o ‘Outro’, com a Índia que nunca poderá ser sua, tal como ‘A Mulher Adúltera’ de Albert Camus (1950) em relação ao deserto Argelino; e então retorna à Europa, seu triste leito matrimonial (PRATT, 1999).

Esta permeação momentânea das fronteiras colonialistas que separam a mulher européia dos hindus constitui um adultério, uma espécie de adultério cultural. As fronteiras fluidas da

subjetividade feminina, como diz Pratt (1999), fornecem os meios para que se imagine o que poderia significar uma descolonização do eu. No filme temos apenas um relance do agonizado abandono que é também uma libertação emancipadora. Mas Adela recua. Sua exploração colonial retorna do interior não em triunfo, mas em desesperanças e perda. Desejo contido.

Conhecer para dominar

‘Passagem para a Índia’ é um interessante documento sobre a dominação europeia sobre o resto do mundo. Um documento escrito pelo próprio europeu sobre o impacto desses contatos interculturais entre os povos do Oriente e da Europa. Esses contatos são marcados pelo estranhamento do ‘Outro’ nativo, pela necessidade de conhecê-lo e do europeu fazer-se conhecido como conquistador — “civilizador”. O processo civilizador europeu ocorre através dos discursos inscritos em documentos, cartas, narrativas, poemas épicos e o puro e simples uso da força física.

Os europeus precisam, em primeiro lugar, explicar o ‘Outro’ a partir de seus conceitos e valores que funcionam como uma *pintura verbal* (PRATT, 1992) sobre o Outro colonizado. Como pintura verbal, o pintor — colonizador — vai produzindo significados que se confundem com a própria realidade que encontra. Significados estabelecidos através das diferenças culturais, morais, físicas, geográficas, etc., entre os hindus e os “civilizados”. Diferenças estabelecidas através de uma linguagem marcadamente salvacionista, civilizatória e imperialista.

Os ingleses, assim como os demais europeus colonizadores, escreveram e descreveram sobre partes não-europeias do mundo comprometendo “*o público leitor das metrópoles em (ou com) empreendimentos expansionistas cujos benefícios materiais foram acumulados por muito poucos*” (PRATT, 1992, p. 3). Entretanto, como já assinali anteriormente, as práticas representacionais produzidas pelos europeus sobre o “resto do mundo” ou sobre a Índia em particular, partilham dos fenômenos de transculturação que ocorrem nas *zonas de contato*, pois mesmo subjugados os povos colonizados exercem graus variados de controle daquilo que irão absorver. Isso inidica que as formas de controle do colonialismo (o que também pode ser estendido a outros fenômenos sociais) são estabelecidas em função das respostas dos colonizados, e não das prováveis necessidades dos colonizadores.

Levar em conta o fenômeno da transculturação é concordar com Pratt quando ela diz que:

(...) o ente de nome Europa foi construído tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Pode-se dizer isto de seus estilos de representação? Enquanto a metrópole imperial tende a compreender-se como a determinadora da periferia (no fulgor que emana da missão civilizadora, ou no fluxo monetário do desenvolvimento, por exemplo) torna-se cega, de hábito, frente às formas pelas quais a periferia a determina, começando, talvez, pela necessidade obsessiva daquela de apresentar-se e re-(a)presentar, continuamente, suas periferias e seus outros a si própria (1992, p. 4).

O exame da representação europeia não ignora os embates coloniais, “*o espaço onde povos separados geograficamente e historicamente entram em contato e estabelecem relações dotadas de movimento, geralmente envolvendo condições de coerção, de radical desigualdade, e de conflito ingovernável*” (Idem, p. 4). Dentro dessas relações, as estratégias de representação utilizadas pelo conquistador asseguravam a inocência e a hegemonia do europeu perante o “resto do mundo”. O discurso produzido através da dominação inglesa escolhe seu objeto e dele se apropria, estabelecendo seu significado e determinando sua identidade. Nesse sentido, a Índia e suas gentes são representados para os europeus como os seus ‘Outros’ subordinados. E como num espelho, devolvem à Europa sua própria imagem europeia, sua identidade europeia. Além disso, garantem ao conquistador a única leitura possível do estrangeiro — “a leitura legítima” —, revelando o domínio e o desejo de domínio do europeu sobre o estranho, sobre o alienígena, que, segundo palavras dos próprios ingleses, estava carregado de “primitivismo”, “bestialismo”, “ingenuidade”, “paganismo”, “pecado”, etc.

O colonizador realiza, para o ente Europa, um inventário das possibilidades de conquista, controle, exploração e “civilização” do ‘Outro’, pelo fato de tê-lo dominado. Como afirma Pratt, “*aqui a linguagem é incumbida de tornar o mundo num sistema o mais possível de mão única*” (Idem, p. 8), assegurando a existência do Outro e registrando a posse e o domínio sobre o estrangeiro em sua própria terra, que somente pode existir para a grandeza da Inglaterra e de sua rainha.

A descoberta [dominação] nesse contexto consistia então, cruamente, em um gesto de conhecer conhecimentos (discursos) locais em conhecimentos nacionais e continentais europeus, associados a formas e relações de poder europeias. Colocar a questão desta forma é, por certo, colocar de lado de modo bastante agressivo aquilo que de fato constituía a dimensão heróica desse tipo de descoberta, nomeadamente a superação de todas as barreiras geográficas, materiais, logísticas e políticas à presença física e oficial dos europeus em lugares como a África Central. (...) Ao final, o ato em si do descobrimento [dominação], pelo qual incontáveis vidas foram sacrificadas e sofrimentos suportados, consistia naquilo que a cultura europeia tem como uma experiência puramente passiva, a de ver (PRATT, 1992, p. 8).

A passividade da visão devolve ao europeu sua imagem de cultura objetiva, clara e neutra. Uma “neutralidade” que iria marcar a empresa colonizadora europeia, produzindo legitimidade à sua “missão civilizatória”. A “neutralidade” assegura a inocência do conquistador e reivindica a hegemonia europeia frente ao “resto do mundo”. A estratégia de inocência do europeu frente ao que vê (domina), justifica a retórica britânica de conquista da era imperialista, cujo “*olhar imperial passivamente escolhe seu objeto e dele se apropria*” (idem, 1992, p. 2).

Os gestos dos hindus, suas falas, sua cultura são interpretados a partir do desejo e das necessidades euro-inglesas, orientada por uma lógica binária e polarizada de leitura do ‘Outro’. A característica do discurso inglês é então o representativismo: a empresa colonizadora representa os desejos dos próprios colonizados, pois é a única alternativa ao “barbarismo” em que se encontra a Índia colonizada. Nesse movimento, o juiz, assim como o militar e o administrador, exageram a figura do emissor, que se apresenta fortíssimo, voraz, totalizador.

Um emissor que tudo pode, tudo sabe, indica perspectivas, desqualifica o ‘Outro’ e nega sua legitimidade. Como representante da civilização, o discurso da autoridade inglesa não cede espaço aos representados, pelo contrário, é seu porta-voz, encampando seu discurso. Todos os outros discursos relatados são submetidos ao seu. Edward Said (1990), demonstra isso citando um pronunciamento de Arthur James Balfour na Câmara dos Comuns, no dia 13 de junho de 1910, sobre a necessidade do domínio inglês no Egito:

É uma boa coisa para essas grandes nações — admito a grandeza delas — que esse governo absoluto seja exercido por nós? Acho que é uma boa coisa. Acho que a experiência demonstra que sob esse governo elas têm um governo muito melhor que qualquer outro que tenham tido em toda a história, o que é um benefício não só para elas, como sem dúvida para o conjunto do Ocidente civilizado. [...] Estamos no Egito não apenas pelo bem do Egito, apesar de estarmos lá para o bem deles; estamos lá também para o bem da Europa em geral (SAID, 1990, p. 43).

Interpretar o desejo do ‘Outro’ segundo seus próprios desejos e necessidades torna o “resto do mundo”, de alguma forma, devedor de uma Europa “não-bárbara”. O ‘Outro’ passa a existir como oposição ao europeu e, assim, ou se converte à cultura européia ou é por ela eliminado — simbólica e fisicamente.

Pressupor o colonizado como necessitário de civilização é uma das marcas mais fortes do discurso colonizador, como a todo o momento fica claro no filme. Uma marca da construção do receptor e uma estratégia para obter corporeidade. Os ingleses nomeava-se como representantes da civilização e de todos “nós”. Um nós forte, majestático, que delimitava a comunidade discursiva e excluía todos os demais. Conversão ou eliminação, continuidade ou oposição. As possibilidades da colonização trilham esses caminhos. A cultura européia era, assim, reproduzida em seus próprios termos.

O discurso inglês funcionava então como uma pintura verbal, que vai organizando sua narrativa como se estivesse diante de uma tela. As palavras, os conceitos, as expressões européias são as tintas utilizadas para descrever a paisagem e os hindus, tornando a Índia um sistema capaz de ser apreendido pelo europeu. Do alto do promontório cultural europeu o juiz inglês coordena as informações sobre a Índia e seus perigos. Concede direitos e libera excursões. A partir de um centro — a cultura européia cristã — ordena os processos de significação. “*As substituições e deslocamentos dessa retórica partia, afinal, de uma lei central na qual aquele que descreve coloca-se como uma presença central na narração*” (PRATT, 1992, p. 9). Ao ler em seu cenário beleza, ordem, grandiosidade e imensidão, mas também perigo, excitação e aventura, o inglês constituiu a Índia verbalmente como um valioso prêmio, projetando sobre ela a visão de um futuro ainda mais grandioso, organizado e belo... sob a direção européia.

A grandeza da rainha, a desgraça do “resto do mundo”

A cultura pudica européia, tradição da moral cristã, aristocrática e ao mesmo tempo burguesa, estabeleceu a única leitura possível (e correta) da moral e da cultura estrangeira: “cor”

parda, imoralidade sexual, falta de vergonha, maldade, ingenuidade, etc. Uma leitura que atestava o “estágio primitivo” dos nativos, isto é, o estágio “inferior” ao dos europeus, reforçando a necessidade de domínio do ‘Outro’ (VIEIRA, 1999).

A Índia, suas gentes e sua natureza, foi produzida como um ‘Outro’ primitivo, inocente, despossuído de capacidade e fascinantemente telúrico. E se a língua e os costumes aproximavam o hindu da bestialidade, sua falta de civilidade reacendia a chama cruzadista européia, justificando a expansão colonialista combinada com o avanço do imperialismo. A interpretação cultural da metrópole era, agora, um ato de conversão e exploração combinados e raramente diferenciados pelos europeus.

Como assinalo em um outro ensaio sobre a colonização do Brasil:

As diferenças produzidas pelo colonizador mantinham sua identidade européia [quase] intacta e estabelecia a necessidade de transformar a identidade do ‘outro’. As culturas eram divididas em pólos opostos: o europeu era prático, objetivo, útil, ético, neutro; o nativo era decorativo, estético, prazeroso, bestial. Uma distinção binária e útil à construção imperialista e masculina do mundo. As relações de domínio/subordinação inscritas na divisão cultural foram transpostas de forma que o europeu era percebido como superior e necessário (masculino/produtivo), e o ‘outro’ — “resto do mundo” — como inferior, secundário, desnecessário (feminino/não-produtivo). O exótico e a sobriedade confrontavam-se e produziam um modelo de significação que construiu a legitimidade do discurso invasor, colonialista e escravagista europeu. (...). O domínio do ‘outro’ não-europeu, de alguma maneira, ajudou a construção de uma política e de uma percepção de poder no interior da própria Europa (VIEIRA, 1999, p. 65).

Com efeito, *Passagem para a Índia* mostra como o discurso europeu sobre a Índia e o “resto do mundo” também funcionou totemicamente para duplicar distinções de categorias que eram coletivamente afirmadas na negação e remoção do ‘Outro’. Valores exóticos eram retransmitidos mecanicamente por meio de leituras, conceituações e atitudes para com os nativos. A demarcação das diferenças movimentava-se ao longo de uma cadeia que deslizava entre a pureza e a falta de vergonha do nativo; entre sua ignorância e sua amabilidade; entre ingenuidade e bestialidade. Esta caracterização dos domínios e das prioridades que ela envolve foi institucionalizada na colonização: aos brancos um conjunto de valores culturais de manutenção, aperfeiçoamento e engrandecimento da cultura (da moral); aos nativos, valores de conversão cultural, aculturação, cristianização — o ‘Outro’ deveria ser subordinado por ser “quase” um animal. A empresa colonizadora não poderia esquecer seus interesses particulares de conquista e, assim, o estranhamento do ‘Outro’ tornava-se instrumento de avaliação das possibilidades de conquista e domínio das gentes. Também a fé e os rituais cristãos serviriam como elementos de diferenciação entre o europeu e o ‘Outro’, reforçando, ainda mais, a presença do conquistador e de seu poder. Conhecimento e cultura européia se entrelaçavam para mostrar ao estranho aquilo que ele deveria temer e respeitar — a justiça e o governo inglês.

O desejo europeu se manifestava como realidade e apontava para a missão civilizadora que deve, a qualquer custo, ser realizada pela Inglaterra. Assim Azis deve ser julgado, mesmo sendo inocente do crime de que é acusado, pois a sentença já está dada, como afirma o

administrador. O advogado de acusação constrói a realidade segundo os desejos civilizatórios europeus. Azis deve ser punido, condenado, como exemplo para os “incivilizados”. Sua palavra de inocência não conta. A inocência — tratada no filme como justiça inglesa — é um privilégio europeu que a côrte, o juiz indiano e a colônia inglesa ali presente, não concedem aos indianos. E mais, o discurso da justiça ou da inocência da civilização branca européia, permite que o europeu possa ser visto e tornar-se visível: a visibilidade da lei, da fé, da autoridade, da moral pudica e assexuada da Era Vitoriana são os signos dos deslocamentos que o colonizador produz sobre o ‘Outro’. Entretanto, tais signos não eliminam o cruzamento de códigos, linguagens e tótems, que indicam os perigos das *zonas de contato*, provocando conflitos e engalfinhamentos culturais em função das relações assimétricas entre colonizados e colonizadores.

Passagens para outros territórios

‘Passagem para a Índia’ mostra como o discurso europeu, bem como as formas de ver e narrar as culturas hindus, não estavam livres da forma européia de ler o mundo, o “resto do mundo”. As narrativas inglesas em suas colônias no Oriente foram construídas dentro do cenário discursivo europeu. As impressões e descrições do “resto do mundo”, possuíam o carimbo cultural eurocêntrico, pontilhado da estética europeizante. Estética que, quando não utilizava a violência das armas, lançava mão da inocência da missão civilizatória, constituindo o nativo subordinadamente como a imagem e semelhança de Deus, da Europa, da cultura européia.

O olhar inglês iluminava o alvo de seus desejos e o cenário transformava-se numa fantasia intervencionista. A missão civilizatória da Inglaterra, como é reiteradamente afirmada pelas autoridades no filme, tornava-se o conteúdo da visão, fundada em presunções da supremacia branca, que revelavam o projeto imperialista-colonialista.

As caracterizações feitas a todo o momento, a estranha indumentária de homem-macaco presente nas ruas, os véus e as burkas das indianas, etc., criavam ainda mais densidade de significado nas descrições dos “estranhos” costumes nativos, reforçando a autoridade da narrativa européia pois, o que viam era o que, de fato, “existia”. E assim eram articuladas as relações de subordinação e de posse do ‘Outro’. Uma articulação que se fez presente em quase todas as empresas colonizadoras européias, como aponto em relação as cartas sobre o Brasil escritas por Manuel da Nóbrega:

Fé e medo, conversão e domínio, foram as estratégias que acabaram sendo aproveitadas pelo colonizador para sua política expansionista como “necessidade que não fará prejuízo algum” (Nóbrega, 1988) aos nativos da “terra nova”. Para Nóbrega não há história nessa “terra nova”. A história tinha que ser construída pelos europeus, pelos cristãos. Para o jesuíta, nessa terra não poderia haver um passado, somente poderia existir um futuro produzido pela fé cristã e pela cultura européia para “reger este seu povo de Israel” (VIEIRA, 1999, p. 76).

Como afirma Pratt:

Não há desculpa para esse hábito ocidental desumanizador de representar outras partes do mundo como não tendo história. Para que um europeu (...) faça uma afirmação dessas (...), é necessário um extraordinário ato de negação. Fazê-lo impunemente exige uma escritura muito elaborada, muito persuasiva (Idem., p. 17)

Assim, o europeu resignificava a cultura nativa por sua falta, por aquilo que ela não era — européia. Preconceito, ignorância, neutralidade, controle e exploração, foram os elementos presentes no discurso colonialista europeu. “Um discurso de negação, dominação, depreciação, e medo, que permanece no final do século vinte enquanto um poderoso constituinte ideológico da consciência do Ocidente sobre as pessoas e lugares que ele luta para manter em sujeição” (idem, 1992, p. 17).

Guardadas as particularidades de cada narrativa colonialista, elas ajudaram a elaborar o mapa de intervenção do europeu sobre o “resto do mundo”, utilizando uma retórica que reclamava a necessidade e o desejo “embelezador” da cultura ocidental sobre todos os povos de todos os lugares do planeta. Assim, a missão colonizadora legitimou-se como interpelação necessária sobre o mundo não-europeu que, embora “puro e ingênuo”, era por demais “primitivo, repugnante, pervertido e vazio”, carecendo da mão branca e cristã da Europa.

Do alto de seus promontórios, os colonizadores europeus comandaram o olhar legítimo sobre o “resto do mundo” e determinaram seu valor, “*desatentos às limitações em suas capacidades perceptuais e suas relações de privilégio perfeitamente naturalizadas. Ou talvez imperfeitamente naturalizadas...*” (PRATT, 1992, p. 18). E assim, ainda hoje estamos aqui, “o resto do mundo”, sendo europeicamente descritos. Entretanto, creio que é preciso reafirmar a necessidade de construir — ou reavivar — um outro discurso que, como diz Cameron McCarthy (1999), “*comece a deixar a sensibilidade de um mundo complexo penetrar a vida dos estudantes*” (p. 155). É preciso levar em conta as diferenças, suas formas de produção e não atá-las a uma única e contínua lógica que, invariavelmente, acaba na dominação e exclusão de muitos/as.

Referências

ANDRADE, Oswald de. Em Piratininga Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha. *Revista de Antropofagia*, Ano 1, No. 1, maio de 1928. Disponível em: <<http://www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifantropof.html>> Acesso em: 27 de out. 2008.

COHEN, Jeffrey Jerome. ‘A cultura dos monstros: sete teses’. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Pedagogia dos monstros; os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte : Autêntica, 2000. (Estudos Culturais).

FONSECA, Márcia Souza da. *As práticas discursivas de professores e o sujeito na construção do conhecimento matemático*. Porto Alegre : PUCRS, 1998. (Dissertação de Mestrado).

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. 6.ed. Rio de Janeiro : Record, 2004.

LEAN, David. *A pasage to India*. Filme, EUA : David Lean's Productions, 1984.

McCARTHY, Cameron. 'Os usos da cultura'. In: SILVA, Heron Luiz (org.). *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?*. Petrópolis : Vozes, 1999.

PRATT, Mary. *Imperial eyes; travel writing and transculturation*. Londres : Routledge, 1992.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

VIEIRA, Jarbas Santos. 'Cartas de Viagem'. *Cadernos de Educação* : UFPel, FaE, n. 12 (jan./jul) 1999. p. 51-74.

VIEIRA, Jarbas Santos. *Sobre monstros e nossas monstruosidades*. Pelotas : UFPel, FaE, 2000. (mimeo.)